

Colin Oarch

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
centro de estudos africanos

**o trabalhador sazonal na
transformação duma
economia de plantações**

1981

**projecto de estudo sobre a produção de algodão
no distrito de lugela**

Índice

Prefácio	1
Introdução: Plantações e a Cooperativização do Campo	1
I. Lugela: Uma Economia de Plantações	
1. A Evolução da Produção nas Plantações de Lugela	2
2. A Constituição do Distrito como Reserva de Mão-de-Obra	3
3. As Plantações de Chá de Tacuane	4
4. Outras Empresas Agrícolas no Distrito	5
II. Tacuane: A Organização de Trabalho nas Plantações de Chá	
1. A Sazonalidade do Trabalho	7
2. Assiduidade e Permanência dos Trabalhadores	12
3. A Produtividade do Trabalho	13
III. O Trabalhador Migrante entre a Plantação e a Agricultura Familiar	
1. Chá, Comida e Algodão: Conciliação pelo Estado Colonial	16
2. Contratos e Culturas Obrigatórias: 1940-1961	17
3. Incentivos Económicos e Fim do Trabalho Forçado: 1962-1974	20
4. Crise da Economia Monetária e Problemas Actuais de Recrutamento	22
IV. Perspectivas de Transformação	
1. Ultrapassar a Crise Actual de Falta de Mão-de-Obra	24
2. Ultrapassar o Padrão Colonial de Utilização de Mão-de-Obra	25
3. Estabelecer um Novo Tipo de Articulação com o Campesinato	26
4. Algumas Propostas de Actuação	27
Apêndice: Alguns Dados Estatísticos sobre a Economia Camponesa no Distrito de Lugela	29
Mapa 1: A Localização do Distrito de Lugela na Província de Zambézia	iii
Mapa 2: A Divisão Administrativa e Política do Distrito de Lugela	iv
Mapa 3: Fluxos de Mão-de-Obra Migrante no Distrito de Lugela	v
Gráfico 1: Padrão de Emprego nas Plantações de Tacuane: Jornas por Mês, Campanha 1971/72	10
Gráfico 2: Padrão de Emprego nas Plantações de Tacuane: Jornas por Mês, Campanha 1979/80	11
Gráfico 3: Tacuane: Produção de Chá (Folha Verde) 1971-80	14

Prefácio

i

O presente relatório faz parte da seguinte série de documentos resultante da investigação realizada pelo Centro de Estudos Africanos no distrito de Lugela, província da Zambézia, nos meses de Junho/Julho, 1980:

1. Como melhorar as Culturas Alimentares? o caso de Lugela
2. A transformação duma Economia de Plantações: o Trabalhador sazonal no Distrito de Lugela
3. Circuitos de troca e transporte no Desenvolvimento do Campo: o Caso de Lugela
4. "Já não batem": A Transformação da Produção Algodoeira no Distrito de Lugela
5. No Caminho para a Cooperativização do Campo: O Distrito de Lugela

O objectivo desta investigação era estudar o relacionamento entre a planificação económica ao nível de um distrito, o processo de cooperativização do campo, e a recuperação da produção algodoeira. Estávamos particularmente interessados na identificação das ligações entre os "polos de desenvolvimento", núcleos de concentração de investimento tais como a nova fábrica de têxteis em Mocuba, e a transformação e cooperativização do campo. Esperamos que estes relatórios, embora tratem apenas o caso específico de Lugela, possam servir de guia à recolha de informação necessária para uma correcta planificação do desenvolvimento socialista noutros distritos do país.

Claro que a cooperativização do campo não é unicamente um processo económico, mas também uma revolução política, social e ideológica. Assim estes relatórios focam apenas certos aspectos de um vasto campo de investigação ainda só parcialmente desbravado. Nesse sentido, tentamos aproveitar ao máximo o trabalho de uma outra brigada do CEA que, a pedido do Ministério de Estado na Presidência, estudou em Lugela o funcionamento do Aparelho de Estado e das estruturas do Partido ao nível do Distrito.

Para tirar conclusões apropriadas dos relatórios convém ao leitor conhecer as especificidades deste distrito de Lugela. No tempo colonial os homens de Lugela foram recrutados para os dois complexos de plantações existentes no Distrito: chá em Tacuane e sisal/algodão em Namagwa (ver mapa). Nas zonas mais povoadas do distrito, Localidade de Lugela e Munhamade, o algodão foi introduzido como cultura obrigatória para as mulheres, deixando as vastas áreas menos povoadas e mais chuvosas e montanhosas das localidades de Tacuane e Muobanama como reservas de mão-de-obra. Assim a rede comercial rodoviária, e até a própria presença administrativa, sempre foram fracas nesta zona até a FRELIMO aí abrir uma base da Frente da Zambézia. Nessa altura foi alargada e reforçada a ocupação colonial.

Hoje as famílias de Lugela vivem da sua produção alimentar (sobretudo mandioca mas também arroz, mapipe, milho, e vários feijões), da venda de pequenos excedentes incluindo algodão, girassol e castanha de caju, para além da mandioca e do trabalho assalariado das plantações. Com a crise da economia colonial e os primeiros passos da revolução moçambicana o Distrito atravessou uma fase difícil - fuga de comerciantes, degradação de estradas, fracassos no escoamento dos produtos das machambas familiares e colectivas, falta de comida e transporte para os trabalhadores nas plantações, falta de semente, ferramentas e bens básicos nas lojas, escasso pessoal administrativo. O resultado foi uma retirada parcial do povo do Distrito do mercado e do trabalho nas plan-

tações, uma situação que ainda trava tanto o desenvolvimento do movimento cooperativo como a produção no sector estatal neste Distrito.

Como se vê no mapa, uma parte do distrito de Lugela liga-se pela proximidade geográfica, pela rede rodoviária, e pela actividade económica, à cidade de Mocuba, que será um polo de desenvolvimento importante na Zambézia. Assim, o problema da planificação neste distrito é não só resolver as dificuldades por que ele passa agora, mas de o fazer de maneira consistente com a realização do potencial do desenvolvimento regional.

Para tentar descortinar os diversos problemas deste Distrito, o OEA colocou uma brigada em Tacuane com a responsabilidade de investigar nas localidades de Tacuane e Muabanama; uma outra brigada foi para Munhamade com a responsabilidade de estudar as localidades de Munhamade e de Lugela. A terceira brigada, ligada ao M.E.P. ficou na sede distrital. As brigadas eram compostas pelas seguintes pessoas:

Lugela Sede

Annomaria Gentili
Anibal Martins
Alvaro O da Silva
Cecilia Martinez
Albie Sachs
Aji Ribeiro

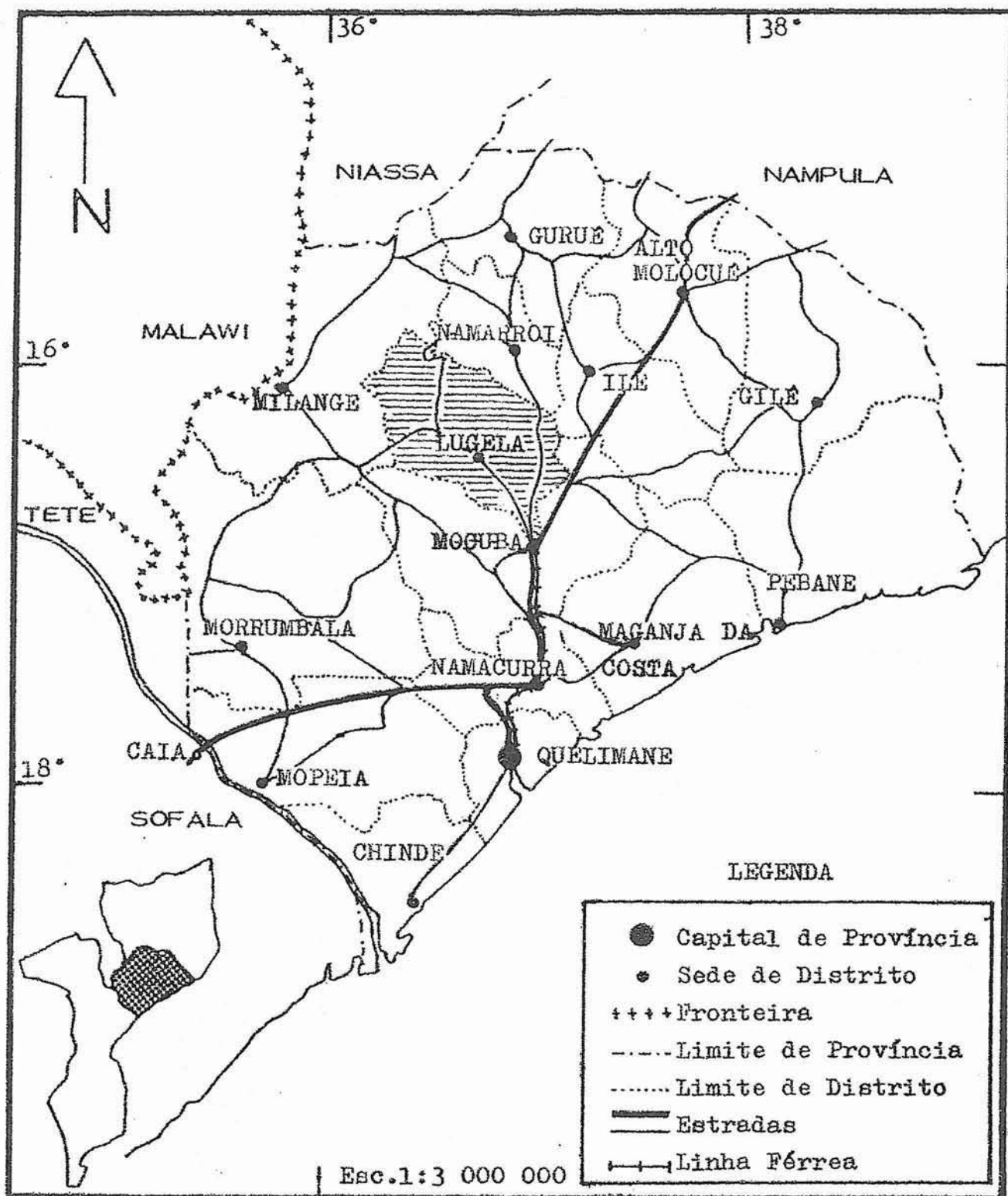
Tacuane

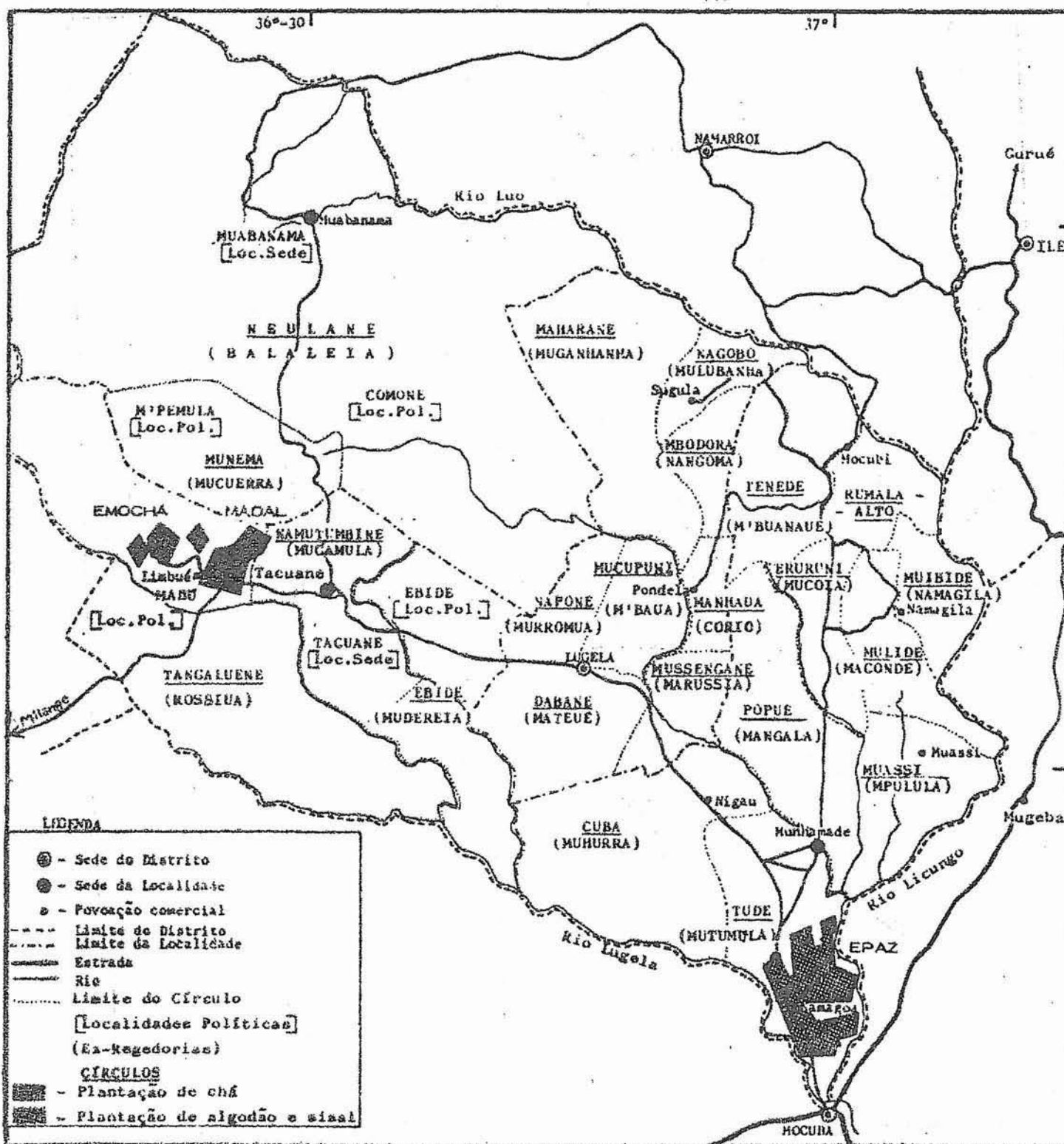
Kurt Habermeyer
Marco Teixeira
André T. Namagosa
Amélia Susini

Munhamade

Bridget O'Laughlin
Carlos Baptista
Ruth First
Jaime Levi
Valdemiro Sócrates
Jaime Manhique
Petrocinia Silva
Pedro Alvaranga do Castro

Mapa 1: A Localização do Distrito de Lugela na Província de Zambézia





Introdução: Plantações e a Cooperativização do Campo

A economia de plantações da Zambézia foi construída sobre o trabalho de migrantes recrutados no seio dum campesinato semiproletarizado. Trabalhando nas plantações durante parte do ano, os homens regressavam periodicamente à machamba familiar para se alimentar, para descansar e se renovar, para apoiar as mulheres nos trabalhos agrícolas. A transformação socialista das plantações implica a longo prazo o fim do trabalho migratório: uma força de trabalho estável, assídua, mais qualificada e mais produtiva será a base duma nova vida económica e política nas empresas. Uma tal estabilização permitirá também o desenvolvimento das cooperativas agrícolas que não terão de resolver cada fevereiro o problema do fluxo dos jovens para as plantações.

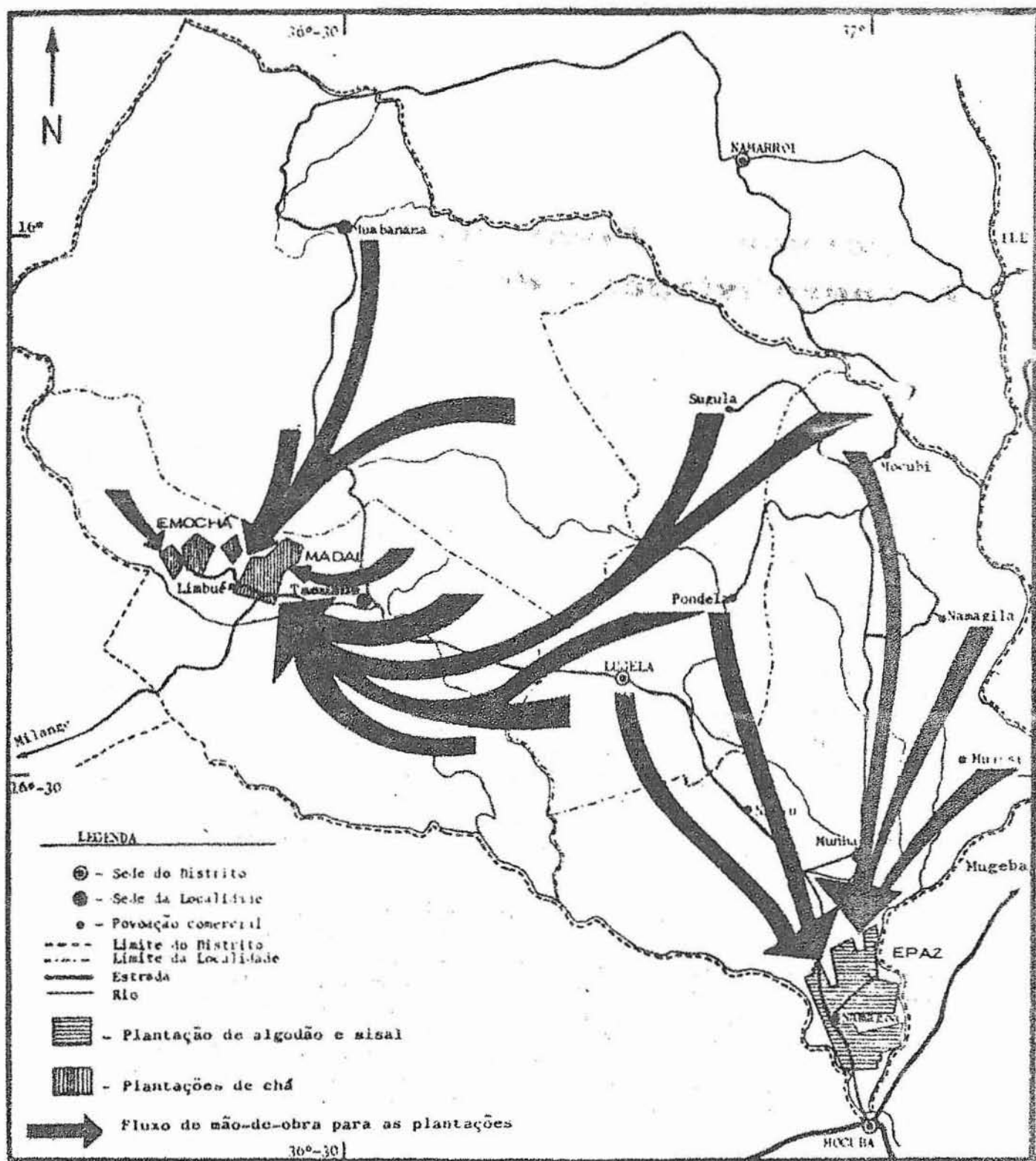
Assim a investigação do CEA sobre as condições do desenvolvimento do movimento cooperativo no distrito de Lugela não podia deixar de tomar em conta o padrão de emprego nas plantações. A grande maioria dos trabalhadores das plantações de chá e de sisal de Lugela são recrutados dentro do próprio distrito, e o carácter de Lugela como reserva de mão-de-obra justifica em larga medida a escolha desse distrito para o nosso estudo. Pensamos que naquele tipo de economia um problema fundamental que dificultava a transformação da agricultura familiar e o desenvolvimento equilibrado do distrito era precisamente a sazonalidade e instabilidade do emprego nas plantações.

Na realidade encontramos nas plantações de Lugela uma força de trabalho pouco sazonal. O sector de chá de Tacuane passa hoje uma crise que é precisamente uma crise sazonal de mão-de-obra: uma falta aguda de trabalhadores nos meses de ponta, entre Novembro e Abril, quando os chazeiros dão o máximo de folha a ser colhida. A principal questão laboral imediata que se põe no distrito não é, portanto, como estabilizar a força de trabalho, mas como conciliar a resolução da crise actual do recrutamento sazonal com uma estratégia a médio prazo que vise a transformação do padrão de emprego nas plantações e da sua articulação com o campesinato.

Por diversas razões se limita o nosso estudo ao sector do chá. Não conseguimos na plantação de Namagoa o rico material sobre a força de trabalho que nos foi fornecido pela EMOCHA e Chá Madal em Tacuane. Pensamos também que a baixa de produção de sisal nos últimos anos, não tenha como razão principal a falta de mão-de-obra sazonal, embora o problema se faça sentir também nesta empresa. E finalmente a expansão prevista da cultura do algodão relativamente ao sisal, deverá modificar, nos próximos anos, o padrão de emprego na plantação de Namagoa.

Depois de uma primeira parte sobre a economia de plantações no distrito de Lugela, prosseguiremos com uma análise da força de trabalho no sector do Chá de Tacuane, para em seguida considerarmos as características dos trabalhadores migrantes e da economia camponesa da qual saem. Esta análise permitirá tirar algumas conclusões muito preliminares sobre a resolução da crise da mão-de-obra nas empresas de chá, relacionando esta questão com a transformação da agricultura familiar, através do desenvolvimento das cooperativas.

Mapa 3: Fluxos de Mão-de-Obra Migrante no Distrito de Lugela



I. Lugela: Uma Economia de Plantações

Neste primeiro capítulo caracterizamos a economia do distrito de Lugela como economia dominada pelas plantações de sisal (Namagoo) e de chá (Tacuane). Começamos por traçar a evolução da produção nas plantações de Lugela, nos últimos 40 anos, e o processo de constituição duma reserva de mão-de-obra no distrito. Descrevemos a seguir, as duas plantações de chá de Tacuane às quais limitaremos a nossa análise ulterior, referindo-nos, contudo, brevemente às restantes empresas agrícolas do distrito que empregam trabalhadores assalariados.

1. A Evolução da Produção nas Plantações de Lugela

Desde os anos '20 até meados dos anos '50, Namagoo era a maior plantação de sisal da Zambézia. As plantações de chá de Tacuane, iniciadas nos anos '40, continuaram a expandir ao longo da década de 50. Em termos de área cultivada e mão-de-obra empregue, o distrito de Lugela ocupa um lugar médio na economia de plantações da Zambézia. Os empreendimentos agrícolas de Namagoo e Tacuane não atingem a dimensão das plantações de copra e cana-de-açúcar dos distritos costeiros, nem das plantações de chá do Gurue, mas ultrapassam em extensão as plantações de Mocuba, Ile e Milange.

Área Cultivada nas Plantações de Lugela (ha)

	sisal	chá	total
1941	7.044	-	7.044
1950	6.314	867	7.181
1960	6.086	1.129	7.215
1970	?	1.143	?
1980	2.265	1.380	3.645

Fonte: Estatísticas Agrícolas 1941-67, informação recolhida nas plantações para os anos depois de 1967.

Do ponto de vista dos interesses colonial-capitalistas, as plantações constituíam o sector de maior importância dentro da economia do distrito de Lugela. E nas plantações que mais capital foi investido, é nas plantações que se produziam as culturas de exportação estratégicas para a economia colonial, é nas plantações que se realizavam os maiores lucros. Enquanto o sisal atingiu os maiores níveis de produção entre 1941 e 1945 e entre 1950 e 1957, a produção do chá aumentou constantemente, de campanha para campanha, até 1975.

Produção de Sisal e Chá nas Plantações de Lugela (ton)

	sisal	chá (folha verde)
1941	3.783	-
1950	3.295	-
1960	2.409	2.599
1970	?	7.910
1980	2.406 (1979)	9.550

Fonte: Estatísticas Agrícolas e informação nas plantações de Lugela.

Além de constituírem o sector dominante em termos da escala e do valor da produção nelas realizada, as plantações de Lugela condicionavam a economia do distrito no seu conjunto: a implantação das estruturas administrativas, das vias de comunicação e dos circuitos comerciais, como também a evolução da própria produção camponesa, eram subordinadas às necessidades da economia de plantações. Os interesses do capital de plantação tinham prioridade, mesmo em relação às companhias concessionárias que fomentavam a cultura do algodão em Munhamade e Lugela-Sede. Deste forma, o campesinato de Lugela foi reduzido, essencialmente, a fornecedor de mão-de-obra barata e, adicionalmente, de produtos alimentares para as plantações.

2. A Constituição do Distrito como Reserva de Mão-de-Obra

A transformação de Lugela em reserva de mão-de-obra precede a criação de plantações no próprio distrito. Desde os primeiros anos da ocupação colonial do interior da Zambézia, no fim do século 19, o campesinato de Lugela tinha como função principal fornecer mão-de-obra para o desenvolvimento da economia colonial-capitalista. Dentro do distrito, os recrutados eram utilizados para serviços de portagem e para a construção e manutenção de estradas, pontes e instalações administrativas. Mas o que prevalecia mais nos primeiros 20 anos, sob a administração da Empresa Agrícola do Lugela, era a exportação de força de trabalho para a Baixa Zambézia e para fora do país: camponeses recrutados em Lugela trabalhavam nas plantações de copra da costa, participavam na construção da via férrea entre Quelimane, Namacurra e Mocuba, eram embarcados para o trabalho forçado em São Tomé e emigravam voluntariamente - precisamente para escapar ao recrutamento obrigatório - para as minas da África do Sul.

A partir dos anos '20, a maior parte dos recrutados era distribuída entre as plantações de sisal da Média Zambézia - das quais a mais extensa, Namagoe, tinha surgido no distrito mesmo de Lugela - e as plantações de cana da Sena Sugar Estates em Mopeia, Luabo e Marromeu. Nos anos '30 e '40, com a expansão das plantações de chá no Gurulé e em Milange, a Alta Zambézia também exigia a sua quota de trabalhadores recrutados no seio do campesinato da região.

A destronca, nos anos '40, de centenas de hectares para plantio de chá em Tacuane, numa zona até então sem infra-estruturas administrativas e comerciais, abriu uma nova frente que necessitava grandes contingentes de mão-de-obra, dentro do próprio distrito. Nos anos '50 e '60, os trabalhadores contratados na área de Tacuane, Muabanama e Lugela-Sede eram canalizados principalmente para as plantações de chá de Tacuane, enquanto Namagoe continuava a recrutar em Munhamade e, em menor escala, Lugela-Sede. Durante todo esse período, prosseguia a emigração, entretanto voluntária, para a Baixa Zambézia e para as cidades, nomeadamente Quelimane e Beira, onde muitos homens de Lugela trabalhavam em serviços domésticos.

Nos últimos 30 anos do regime colonial, o campesinato de Lugela estava, portanto, submetido em primeiro lugar ao capital de plantação investido no próprio distrito, como reserva interna de mão-de-obra migrante. O recrutamento obrigatório dos homens activos, para contratos de seis meses por ano, assegurava às plantações um aprovisionamento seguro e regular em força de trabalho, nas quantidades exigidas pelo ciclo do chá e do sisal. As empresas tinham os seus recrutadores que tratavam com os régulos e cabos das respectivas áreas de influência para obter trabalhadores. Caso não conseguissem as quantidades requeridas, comunicavam as suas necessidades às autoridades admi-

nistrativas para estes exercerem uma maior pressão sobre os chefes. Era, portanto, o Estado colonial quem garantia que não se esgotasse o fluxo que alimentava em mão-de-obra barata as plantações. O sistema do trabalho por contrato era baseado na ameaça constante de intervenção directa do Estado, para quebrar a resistência e fuga que opunham ao "dever moral do trabalho" os camponeses.

Nos anos '60 e '70, o relaxamento e finalmente o abandono do sistema de trabalho forçado, os aumentos salariais concedidos e a redução da proporção de homens trabalhando nas plantações, introduziram uma série de mudanças que se acentuaram depois da queda do colonialismo português. Mas não mudou fundamentalmente o carácter da economia de plantações e de reserva de mão-de-obra, criada nas décadas anteriores. Sob a dominação das plantações e do Estado colonial, tinha surgido em Lugela um campesinato semi-proletarizado. Enquanto as mulheres estavam engajadas na agricultura familiar, os homens tinham que fornecer a sua força de trabalho às empresas agrícolas capitalistas. Apenas entre dois contratos - durante o chamado período de descanso - podiam participar na produção familiar. A evolução da produção camponesa era desta forma limitada pelas exigências de mão-de-obra das plantações.

3. As plantações de Chá de Tacuane

O sector de chá de Tacuane consiste em duas plantações, cada uma com a sua fábrica para o processamento da folha verde. Uma dessas plantações é estatal, a outra é privada.

EMOCHÁ E.E., Tacuane

A actual filial de Tacuane da Empresa EMOCHÁ (com sede no Gurué) tem origem em três empreendimentos privados, todos iniciados em meados dos anos '40:

- Chá Tacuane Lda., com a plantação de maior extensão (400 ha) e proprietária da fábrica. Aos cinco sócios fundadores da empresa juntou-se, em 1958, Manuel Nunes, que acabou por ser proprietário único da plantação em 1964.
- Plantação Palma Mira (118 ha), a mais antiga das plantações de chá em Lugela, transformada em colonato da Junta Provincial de Povoamento nos anos '60, entregue à Emochá pelo último colono em 1978.
- Chá Lugela (90 ha), vendida a Manuel Nunes nos anos '60 e desde então incorporada na Chá Tacuane.

Em 1977, a plantação de Chá Tacuane, que se encontrava num estado de semiebandono, foi intervencionada pelo Estado e gerida transitóriamente por uma comissão administrativa, até ser integrada como filial na Empresa Moçambicana de Chá, em 1978.

CHÁ MADAL

A plantação "Chá Moçambique" foi iniciada nos anos '40, por um colono português vindo do Gurué. A Société du Medal, uma das grandes companhias agro-industriais de Zambézia, comprou a plantação no início da década de 50 e continuou a expandir a área cultivada até 1971/72. A Chá Medal é uma empresa mais forte, melhor equipada e com níveis de produção muito mais elevados do que a Chá Tacuane/EMOCHÁ. A Chá Medal é uma das duas plantações de chá na Zambézia que ficaram nas mãos do capital privado, enquanto todas as restantes foram integradas na Empresa Estatal EMOCHÁ.

O seguinte quadro compara alguns aspectos essenciais da organização das duas plantações:

	EMOCHA	MADAL
Área cultivada (plantação de chá)	608 ha	772 ha
Produção anual de folha verde (campanhas 77/78, 78/79, 79/80)	2.000-3.000 ton	6.500-7.500 ton
Força de trabalho:		
- trabalhadores permanentes	327	700
- trabalhadores eventuais	400-800	1.100-1.700
- casuais ("ganho-ganho")	-	número variável
Acampamentos: alojamento para trabalhadores permanentes	156	500

Os dados apresentados indicam uma grande diferença de produtividade entre as duas empresas: enquanto a área plantada da Madal excede em apenas 27% a área da EMOCHA, a Madal produz cerca de três vezes mais folha e emprega uma força de trabalho duas vezes maior.

As plantações de chá de Tacuane não figurem entre as mais extensas e prósperas da Alta Zambézia. Tacuane representa menos de 10% da área total da cultura de chá, e a Filiel da EMOCHA menos de 5% da área controlada por essa empresa. As fábricas, particularmente a da EMOCHA, são velhas e em condições precárias, e o investimento global em máquinas, meios de transporte e infra-estruturas produtivas e sociais é bastante reduzido.

As plantações representam sobretudo o investimento de milhões e milhões de jornas de trabalho manual, fornecidas pelos homens do distrito, no desbravamento do terreno, no plantio dos chazeiros, na manutenção das plantações e na apanha da folha. É neste sentido que dominavam a economia do distrito de Lugela. Não podemos, portanto, minimizar o peso da actual crise de recrutamento neste distrito que ao longo dos anos da ocupação colonial foi moldado essencialmente como reserva de mão-de-obra migrante.

4. Outras Empresas Agrícolas no Distrito

A terceira grande empresa agrícola é a plantação de Namagoa, a primeira estabelecida no distrito de Lugela.

A plantação de sisal de Namagoa foi iniciada na altura da Primeira Guerra Mundial; quando a área ainda se encontrava sob administração da Empresa Agrícola do Lugela. Nos anos '40, a área cultivada de sisal ultrapassava 7.000 ha, atingindo então a sua extensão máxima. Em 1971, a plantação passou de uma empresa com capital inglês, a Namagoa Plantations Ltd., para a Companhia de Algodões de Moçambique, CAM, que em 1972 introduziu o algodão como cultura intercalar. Entre 1975 e 1979, a produção de algodão caiu de 1.837 para 263 toneladas. Depois da nacionalização da CAM em 1979, a plantação passou para a Empresa de Algodões da Zambézia (EAZ), em formação.

Na campanha agrícola 1979/80, Namagoa tinha as seguintes áreas sob cultura:

sisal:	2.690 ha
algodão:	250 ha
girassol:	100 ha
milho e feijão:	75 ha

Nes últimas campanhas agrícolas, a plantação de Namagoa empregou a seguinte força de trabalho:

personal administrativo e de apoio	175
operários nas fábricas de sisal	300
trabalhadores de campo (permanentes e sazonais)	1.000 - 1.800

Uma parte dos trabalhadores de campo vive dentro da área da plantação, cultivando pequenas parcelas de culturas alimentares nos terrenos não aproveitados pela empresa.

A expansão da cultura de algodão, prevista para os próximos anos, deverá modificar o actual padrão de emprego em Namagge, aumentando a procura de trabalhadores sazonais para a colheita de algodão, entre Maio e Agosto.

Além das plantações de Tacuane e de Namagoa, que são de longe as empresas agrícolas mais importantes no distrito de Lugela, existem mais duas pequenas unidades de produção estatais:

- Unidade de Produção de Café, em Tacuane, controlada pelo ex-GAPPO da Zambézia, com cerca de 30 ha de plantação de café e cultivo anual de outros 30 ha de culturas alimentares. A força de trabalho passou de 24 para 79 trabalhadores, entre Novembro de 1979 e Julho de 1980.
- Unidade de Produção Pecuária de Mucune, localidade de Munhamade. Esta unidade nova, em formação, herdou a manada de gado bovino da ex-CAM, plantação de Namagoe.

II. Tacuane: A Organização de Trabalho nas Plantações de Chá

A exigência de mão-de-obra numa empresa agrícola depende do padrão de culturas e da organização técnica e social do processo de produção. Neste capítulo referimos a três aspectos interligados da organização de trabalho nas plantações de chá, que têm importantes consequências para a estrutura da força de trabalho recrutada: a sazonalidade do trabalho, a permanência dos trabalhadores e a produtividade de trabalho.

A organização do trabalho na cultura do chá tem que resolver a seguinte contradição: por um lado, para obter altos níveis de produção e uma boa qualidade de folha, importa colher rapidamente e no momento oportuno; durante a época das chuvas é preciso passar no campo todos os 8 a 12 dias. O crescimento multiplicado da folha nessa altura implica, portanto, a necessidade duma grande força de trabalho sazonal, quase por definição não permanente, disponível para responder às exigências da colheita. Por outro lado, tanto a produtividade como a qualidade da folha dependem em larga medida do jeito e da habilidade do colhedor experimentado, de preferência ligado permanentemente ao trabalho do chá. Veremos neste capítulo como as plantações de Tacuane enfrentam este problema clássico da cultura do chá.

1. A Sazonalidade do Trabalho

Se excluirmos o pequeno campo experimental da borracha da Medal, as duas plantações de Tacuane dedicam-se exclusivamente à monocultura do chá. Este facto implica, nas condições climáticas da região, uma grande sazonalidade do trabalho.

A maior exigência de mão-de-obra, nas plantações de chá, provém do campo (cerca de 90%), e particularmente da colheita (quase 70% dos trabalhos agrícolas). A grande variação sazonal no emprego é determinado pelo ciclo anual de crescimento da folha e pela sequência das diferentes operações culturais. Eis o calendário dos trabalhos de campo a realizar ao longo da campanha agrícola, que começa em 1 de Julho e termina em 30 de Junho do ano seguinte:

	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
colheita	x	x	x	x	xx	xxx	xxx	xxx	xxx	xx	xx	x
poda	x	x	x								x	x
desponta		x	x	x	x	x	x					
capina manual	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
monda química						x	x	x	x	x		
adubação							x	x	x	x		
tratamentos												
contra pragas	x	x	x	x	x							

Os meses de ponta, nas plantações de chá, são os meses de Novembro até Maio. Durante esse período, devido às chuvas abundantes, aumenta a produção de folha e paralelamente o trabalho da colheita. Para responder às exigências da produção, a força de trabalho do campo deveria então duplicar, em relação aos efectivos requeridos nos meses de Junho e Outubro.

A sazonalidade do trabalho na cultura do chá é inevitável, pelo menos enquanto a colheita é inteiramente manual. Mas o grau de sazonalidade pode variar em função das técnicas escolhidas. Assim, diferentes métodos de poda podem contribuir para uma distribuição mais equilibrada da força de trabalho ao longo do ano. A adoção da monda química (na Chá Tacuene/EMOCHA apenas a partir de 1978) reduz a ponta de trabalho entre Janeiro e Março, quando cresce em abundância não só o folhe de chá, mas também o capim. Por outro lado, a maior aplicação de fertilizantes (a partir do fim dos anos '60) introduz novas tarefas entre Janeiro e Abril e estimule ainda mais a produção de folha na época das chuvas.

Os gráficos nas páginas 10 e 11 comparam o padrão mensal de emprego nas duas plantações de Tacuene, na campanha 1971/72 e na campanha 1979/80, confrontando ainda as jornas planificadas com as jornas realizadas na filial da EMOCHA, nessa última campanha. Os perfis de 71/72 e o perfil previsto para 79/80 podem ser considerados normais, e eles indicam um elevado grau de sazonalidade do trabalho. Os perfis de 1979/80, pelo contrário, revelam a crise do recrutamento que as empresas presentemente enfrentam: a curva de emprego anual é muito mais plana que a norma determinada pela sazonalidade do processo de produção. O máximo de jornas realizadas em 1971/72 nos meses de ponta contrasta com a baixa verificada em 1979/80 nesses mesmos meses. Em vez de subir a partir do Outubro, o número de dias de trabalho vai diminuindo até Dezembro, para aumentar, demasiado devagar, apenas nos meses seguintes. O resultado é uma quebra tanto da quantidade como da qualidade do chá produzido. Assim, durante a campanha 1979/80, 90 ha não foram colhidos na EMOCHA, e 72 ha na Chá Madal.

Na base dos dados fornecidos pela EMOCHA, podemos comparar a distribuição mensal dos dias de trabalho realizados, com as jornas planificadas de acordo com as exigências do ciclo agrícola do chá:

EMOCHA: Distribuição Mensal das Jornas Planificadas e Realizadas

	campanha 1978/79			campanha 1979/80		
	plano	real.	diferença	plano	real.	diferença
jul	13.500	17.089	+ 3.589	11.700	13.878	+ 2.178
ago	13.500	16.218	+ 2.718	12.150	14.798	+ 2.648
set	15.000	11.041	- 3.959	12.000	11.263	- 737
out	16.500	12.081	- 4.419	14.850	11.619	- 3.231
nov	21.000	16.071	- 4.929	18.200	11.546	- 6.654
dez	24.000	16.622	- 7.378	20.800	11.247	- 9.553
jan	19.200	17.247	- 1.953	26.000	13.715	- 12.285
fev	19.200	15.264	- 3.936	24.000	15.430	- 8.570
mar	21.000	19.309	- 1.691	26.000	18.725	- 7.275
abr	19.400	18.291	- 1.109	25.000	17.850	- 7.150
mai	19.400	18.535	- 865	23.400	17.384	- 6.016
jun	18.720	20.650	+ 1.930	21.600	17.000*	- 4.600
total	220.420	198.418	- 22.002	235.700	174.455	- 61.245

* estimative

Verifica-se uma dupla crise de mão-de-obra, que pesa tanto sobre os custos de produção como sobre o nível e a qualidade da produção: uma falta aguda de força de trabalho nos meses de ponta, quando a colheita do chá exige um máximo de mão-de-obra, e um excesso de trabalhadores nos meses que requerem pouca mão-de-obra. Paralelamente, a colheita de folha verde ultrapassa as metas nos meses de menor produção e menor qualidade do chá, mas fica abaixo das metas nos meses de produção máxima.

A comparação entre as jornas estimadas necessárias e as jornas efectivamente realizadas na EMOCHÁ em 1978/79 e 1979/80, evidencia uma distribuição da força de trabalho ao longo do ano que não corresponde às necessidades sazonais do processo de produção. Mas além disso, os mesmos dados indicam um crescente défice absoluto de força de trabalho: na campanha 1979/80, apenas 74% do trabalho previsto foi realizado.

EMOCHÁ: Jornas Planificadas e Jornas Realizadas

	plano	realização	défice	% défice
1978/79	220.420	198.418	22.002	10 %
1979/80	235.700	174.455	61.245	26 %

O decréscimo do número de trabalhadores e jornas trabalhadas já se verifica desde os anos '60 nas plantações de Lugela, e prossegue no sector de chá de Tacuane ao longo da década de 70.

Jornas Trabalhadas nas Plantações de Chá de Tacuane

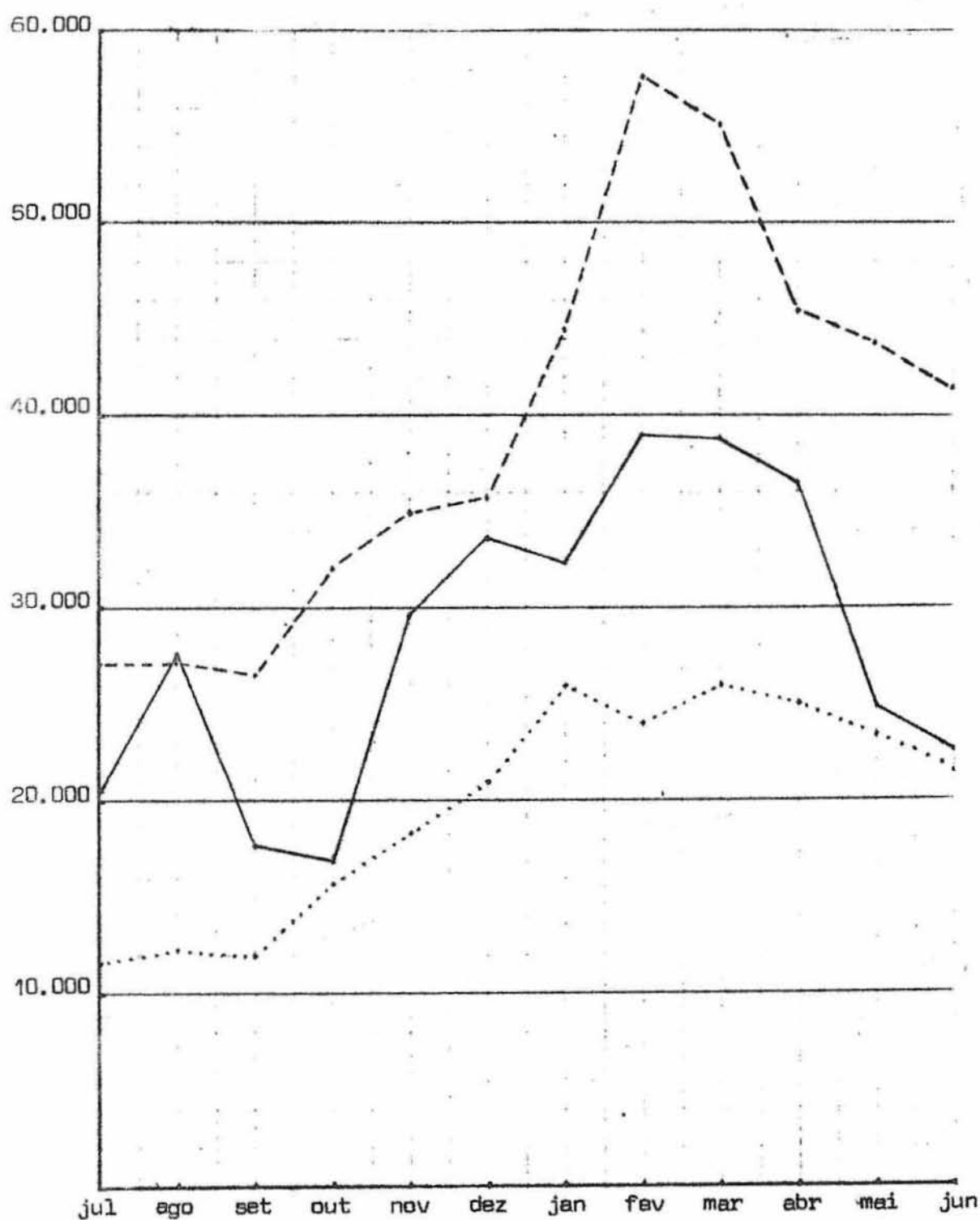
	Chá Tacuane/ Emochá	Chá Madal	Total	Índice
1968/69	328.200	550.000	878.200	100
1971/72	340.500	471.800	812.300	92
1977/78	154.200	410.300	564.500	64
1978/79	198.500	368.000	566.500	65
1979/80	174.500	349.100	523.600	60

nota: O nº de jornas realizadas na Chá Madal e em 1968/69 e 1971/72 na Chá Tacuane foram calculadas a partir dos efectivos mensais de trabalhadores, contendo com 25 dias úteis por mês e considerando a taxa mensal de assiduidade.

No entanto, seria sem dúvida errado atribuir esta evolução principalmente a uma crescente falta de mão-de-obra sazonal. Durante o período que seguiu a abolição do trabalho forçado generalizado, a utilização de força de trabalho - cujo preço ia aumentando - foi racionalizada, novas técnicas, como a aplicação de herbicidas, foram introduzidas, e a produtividade do trabalho no sector do chá aumentou consideravelmente.

Gráfico 1

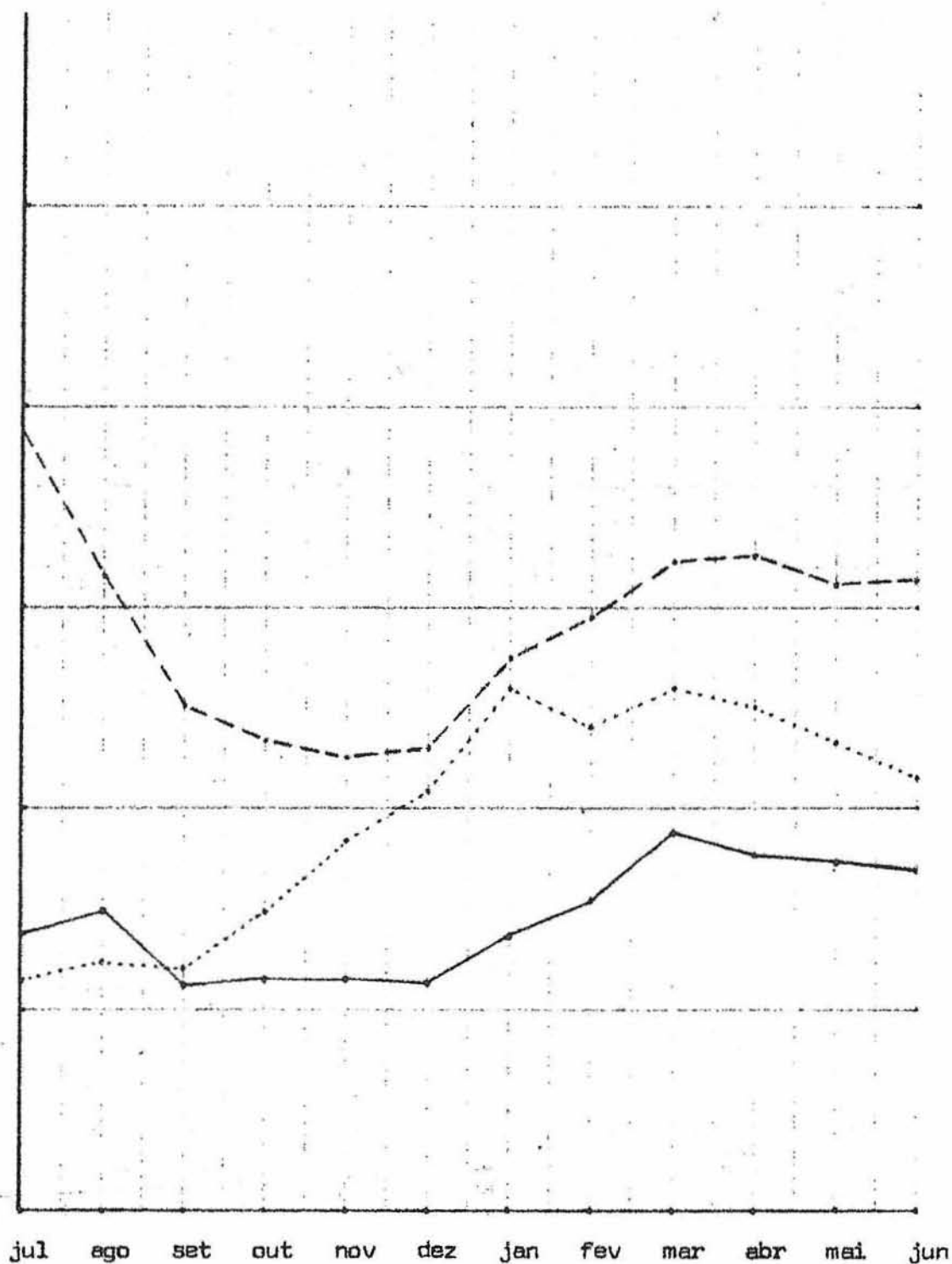
Padrão de Emprego nas Plantações de Tacuane: Jornas por Mês,
Campanha 1971/72



----- Chá Medal
———— Chá Tacuane
..... Emochê - Previsão 1979/80

Gráfico 2

Padrão de emprego nas plantações de Tacuane: Jornas por Mês
Campanha 1979/80



----- Chá Madal
———— Emochá - Tacuane
..... Emochá - Previsão

2. Assiduidade e Permanência dos Trabalhadores

A falta de mão-de-obra sazonal nos meses de produção máxima de folha leva a uma curva de emprego relativamente plana, nas últimas campanhas agrícolas (ver o gráfico p. 11, e em comparação o padrão sazonal de utilização de mão-de-obra em 1971/72, p. 10). O número de trabalhadores presentes nas plantações de Tacuarembó já não varia grandemente entre os meses de Setembro até Dezembro (que se tornaram os meses de menor emprego), e os meses de Março até Julho (últimamente os meses de maior emprego). Significa isso que a maior parte da força de trabalho é estável ao longo do ano e trabalha permanentemente nas empresas? Ou esconde esta estabilidade relativa do número de jornas e de trabalhadores uma rotação rápida das pessoas, ou mesmo fluxos migratórios sazonais fora da época, nos meses de pouco trabalho na agricultura familiar?

Além do número insuficiente de trabalhadores nos meses de ponta, os responsáveis das plantações queixam-se duma grande instabilidade da força de trabalho, tanto dum grande número de faltas ao trabalho como duma rotação rápida dos trabalhadores. Na base de dados recolhidos na Chê Medal, podemos examinar a evolução da taxa de assiduidade e da taxa de rotação mensal dos trabalhadores de campo, ao longo dos últimos dez anos.

Chê Medal: Taxa de Assiduidade Média Anual

1970/71	75	1977/78	90
1971/72	68	1978/79	84
1974/75	54	1979/80	80

nota: a taxa de assiduidade é a proporção de jornas efectivamente trabalhadas sobre o total de jornas potenciais, isto é, dias úteis multiplicados pelo número de trabalhadores existentes.

Se é verdade que se verifica um certo aumento das faltas nos últimos três anos, a assiduidade ao trabalho é hoje melhor não só do que a da altura da Independência, mas também do início dos anos '70, ainda sob o regime colonial.

Chê Medal: Rotação da Força de Trabalho

ano	entradas de trabalhadores		número médio de trabalhadores	taxa de rotação mensal	permanência média na empresa
	durante o ano	média mensal			
1971	2.888	241	2.154	11,2 %	8,9 meses
1973	3.334	278	2.566	10,8 %	9,2 "
1975	2.389	199	2.225	9,0 %	11,2 "
1977 (11 meses)	2.117	176	1.616	10,9 %	9,2 "
1979 (10 meses)	1.344	134	1.528	8,8 %	11,4 "

nota: calculámos a taxa de rotação mensal como a proporção da média mensal de entradas sobre o número médio de trabalhadores. A permanência média dos trabalhadores na empresa, ou período de rotação completa da força de trabalho, obtém-se dividindo o número médio de trabalhadores existente na plantação pelo número médio de entradas mensais.

Não se verifica hoje, na Chê Medal, uma rotação mais rápida e uma maior instabilidade da força de trabalho do que no início da década de 70, antes pelo contrário. Já em 1971, o período de trabalho médio ultrapassava os seis meses do sistema dos contratos obrigatórios, em vigor até o

Produção de Folha Verde nas Plantações de Tacuane

	Chá Tacuane/EMOCHA		Chá Madal		Total	Lugela
	ton	índice	ton	índice	ton	índice
1966/67	1.350	63	5.350	93	6.700	85
1970/71	2.130	100	5.760	100	7.890	100
1971/72	2.355	111	7.055	122	9.410	119
1972/73	2.340	110	7.950	138	10.290	130
1973/74	1.315	62	8.395	144	9.710	123
1974/75	1.355	64	10.000	174	11.355	144
1975/76	1.515	71	8.525	148	10.040	127
1976/77	1.255	59	7.920	138	9.175	116
1977/78	2.135	100	7.430	129	9.565	121
1978/79	3.060	144	6.530	113	9.590	122
1979/80	2.550	120	7.000	122	9.550	121

nota: calculámos a produção de folha verde na Chá Madal, entre 1970/71 e 1975/76, a partir da produção de chá feito, multiplicando o peso por cinco;

fizemos uma estimativa da produção de 1979/80, sendo, na altura da investigação, ainda incompletos os dados referentes ao mês de Junho de 1980.

Apesar da crise de mão-de-obra que nas últimas campanhas se verifica nos meses da colheita, a produção de folha verde continua relativamente vigorosa nas plantações de Tacuane. Globalmente, a produção cresce na década de 70. Atingindo o seu nível mais alto em 1975, a produção continua a ser mais elevada nos últimos três anos do que no início dos anos 70, apesar duma certa quebra depois de 1975. No entanto, nota-se uma evolução diferente e muitas vezes oposta nas duas plantações: entre 1973/74 e 1976/77, a Chá Tacuane enfrenta uma baixa aguda da produção, enquanto a Madal atinge os melhores resultados de sempre. A seguir, a produção da Madal tende a diminuir, enquanto a Chá Tacuane, intervencionada e transformada em filial da EMOCHA, recupera e aumenta a produção. Em 1978/79, a EMOCHA obtém a maior produção de sempre, enquanto a Madal regista o índice mais fraco desde 1970/71.

É evidente que altos níveis de produção e produtividade podem esconder uma baixa qualidade da folha, devida a uma colheita pouco hábil por parte duma força de trabalho flutuante e sem experiência. Mas julgamos o peso da evidência suficiente para pôr em dúvida as afirmações dos responsáveis das plantações, tendendo a atribuir os problemas que atravessa actualmente o sector do chá, à instabilidade e baixa assiduidade dos trabalhadores.

Numa fase de transição e reorganização da produção é importante avaliar as justificações das suas dificuldades que apresentam as unidades de produção quer estatais, quer privadas. Nas plantações de Tacuane confirma-se a falta de mão-de-obra nos trabalhos de campo, mas trata-se de uma falta sazonal, que implica o recrutamento de mais trabalhadores nos meses de ponta. Não se confirma uma grande flutuação e rotação da força de trabalho que explicaria a baixa qualidade do chá produzido nos últimos anos. No que diz respeito à força de trabalho, o problema principal, neste momento, não é que os trabalhadores fiquem pouco tempo nas empresas, nem que são pouco produtivos, mas que não se apresentam em número suficiente quando a colheita do chá mais o requer.

III. O Trabalhador Migrante entre a Plantação e a Agricultura Familiar

1. Chá, Comida e Algodão: Conciliação pelo Estado Colonial

As plantações dominavam a economia do distrito de Lugela na medida em que constituíam os principais empreendimentos colonial-capitalistas e condicionavam a evolução da própria produção camponesa. O jovem que saía da sua família para trabalhar na plantação tinha crescido no abrigo da casa camponesa, alimentado pelo duro trabalho da sua mãe. Ele levava consigo comida produzida na machamba familiar, e periodicamente regressava à terra, onde apoiava as mulheres nos trabalhos agrícolas. Ao termo da sua vida laboral, o trabalhador migrante voltava definitivamente para passar a velhice no seio da família camponesa.

Tanto o baixo nível dos salários como a utilização duma numerosa força de trabalho sazonal nas plantações, dependiam da sobrevivência da agricultura familiar. É a produção familiar que continuava a assegurar aos camponeses e trabalhadoras migrantes de Lugela, a maior parte das suas necessidades de subsistência.

Mas nem toda a produção familiar era produção para autoconsumo. Além da força de trabalho viva, excedentes de produtos alimentares, comprados aos camponeses pelo comércio rural, eram canalizados para as plantações. Esses produtos asseguravam em parte a subsistência dos trabalhadores durante o período do contrato. Para as empresas, a obtenção de comida proveniente da produção camponesa representava um interesse complementar, subordinado ao interesse principal de obter mão-de-obra barata.

Além disso, existia ainda outro sector, ao lado da economia de plantações: a produção de algodão pelos camponeses, organizada em sistema de cultura obrigatória pelo Estado colonial e pelas companhias concessionárias algodoeiras. Para o campesinato de Lugela, o cultivo do algodão representava mais uma forma de exploração colonial: além de fornecer a sua força de trabalho às plantações de chá e sisal, os camponeses tinham que cultivar um produto de exportação, sem utilidade imediata, nas próprias machambas familiares.

A pressão exercida pela economia colonial sobre o campesinato de Lugela torna-se ainda mais clara se considerarmos o calendário agrícola das principais culturas nos diferentes sectores: Os meses de ponta nas plantações de chá coincidem com os meses de ponta na agricultura familiar — preparação dos terrenos de cultivo, sementeira e sechê de algodão, dos cereais, dos feijões e oleaginosas. Apenas a cultura da mandioca apresenta um ciclo diferente, requerendo o esforço máximo entre Julho e Outubro.

Era a administração colonial que cabia a tarefa de conciliar os interesses das plantações e das companhias algodoeiras, ambas garantidas pela legislação e actuação repressivas do aparelho de Estado. Tratava-se de extrair do campesinato simultaneamente o máximo de mão-de-obra, de excedentes alimentares e de algodão. Tratava-se de explorar ao máximo, sem investir no desenvolvimento das forças produtivas, mas também sem prejudicar demasiadamente a reprodução física da população rural.

Era o Estado colonial que se encarregava de estender e intensificar o trabalho do camponês, regularizando a utilização da força de trabalho camponesa e canalizando-a para os diferentes sectores, através do recrutamento forçado e das culturas obrigatórias. Foi introduzida, desta forma, uma certa especialização regional: a área de Tecuene e Muebanama, pouco povoada, acabou por ser zona de recrutamento exclusivo das empresas do chá. Munhamede fornecia a maior parte da mão-de-obra à plantação de Nemegoe, constituindo ao mesmo tempo a principal zona de produção algodoeira do distrito. O campesinato de Lugela-Sede, finalmente, era dividido entre o trabalho do chá, o trabalho do sisal, e o cultivo do algodão.

Ao mesmo tempo, a exploração colonial acentuou a divisão sexual do trabalho para resolver o conflito entre as plantações e o algodão: Os homens trabalhavam no chá e no sisal, ou emigravam para fora do distrito, enquanto as mulheres eram confinadas à machamba familiar, quer de algodão, quer de culturas alimentares. Mas estas medidas, tomadas para resolver contradições entre diferentes grupos de capital, não eliminaram o antagonismo entre explorados e exploradores. Neste aspecto, temos que distinguir entre duas fases da política laboral do Estado colonial em Lugela: o período até 1961, caracterizado pelo sistema generalizado dos contratos de trabalho obrigatórios, e o período entre 1962 e 1975 caracterizado pelo abandono gradual do recrutamento forçado de mão-de-obra.

2. Contratos e Culturas Obrigatórias, 1940-1961

Sob o regime dos contratos obrigatórios de seis meses por ano, as plantações de Lugela utilizavam uma força de trabalho extensa que anualmente fornecia entre 1.300.000 e 1.700.000 jornas à produção de chá e de sisal. Daí, podemos avaliar o impacto pesado que tinha sobre o campesinato de Lugela o recrutamento de mão-de-obra: Relacionando os dados das Estatísticas Agrícolas sobre o número de jornas anualmente prestadas nas plantações do distrito, com estimativas da população e da força de trabalho potencialmente disponível, obtemos uma indicação quantitativa do grau de envolvimento dos camponeses de Lugela no trabalho migratório dentro do próprio distrito.

População Camponesa e Mão-de-Obra nas Plantações de Lugela

ano	população total	homens activos	jornas (mil)	nº de trabalhadores total	nº de trabalhadores de Lugela	proporção de homens activos
1943	61.000	12.200	1.376	10.200	8.160	66,9 %
1949	63.000	12.600	1.478	10.950	8.760	69,5 %
1954	65.000	13.000	1.880	13.920	11.140	85,7 %
1959	68.000	13.600	1.593	11.800	9.440	69,4 %
1964	72.000	14.400	1.462	10.830	8.660	60,1 %

nota: os dados disponíveis justificam as seguintes três hipóteses:

- a população masculina activa representa 20 % da população total;
- 80 % dos trabalhadores provêm do próprio distrito de Lugela;
- os recrutados trabalham em média 135 jornas por ano (150 dias úteis por contrato de 6 meses, menos 10 % de faltas por doença, etc.)

Entre 60 e 85 % da força de trabalho potencialmente disponível no seio do campesinato de Lugela eram, portanto, anualmente mobilizados para o trabalho nas plantações do distrito. Esta proporção tem, no entanto, tendência a diminuir depois da primeira metade dos anos '50. Não incluímos nos nossos cálculos a emigração para fora do distrito, nem o trabalho local

não-agrícola, factores que reduziriam ainda a mão-de-obra disponível, aumentando, por conseguinte, a proporção dos homens presentes engajados no trabalho das plantações.

Documentos administrativos dos anos '40 sugerem, de facto, um envolvimento ainda maior dos camponeses de Lugela na economia de plantações, como mostram os seguintes cálculos:

Mão-de-Obra Recrutada no Distrito de Lugela, 1944-46

	1944	1945	1946
contratados (para dentro e fora do distrito)	4.556	5.217	6.112
voluntários nas plantações	2.579	3.933	4.663
administração e obras públicas	180	212	127
total	7.334	9.362	10.902
homens válidos recenseados	9.769	11.389	11.688
% de homens válidos abrangidos	75,1	82,2	93,3

nota: dos contratados, mais de dois terços eram destinados às empresas dentro do distrito, os restantes à Baixa Zambézia e ao Gurulé.

Um relatório de 1947 calcula as necessidades das empresas do distrito em 11.000 trabalhadores anuais, para contratos de 6 meses, contra apenas 9.450 homens disponíveis. Outros 1.830 "varões válidos" são considerados "imobilizados", isto é ocupados permanentemente como assalariados ou como agricultores e artesões, e nesta qualidade isentos do recrutamento obrigatório.

Assim nesta primeira fase, o recrutamento para as plantações abrangia a quase-totalidade da população masculina adulta e válida durante seis meses por ano. O número de homens reconhecidos como "agricultores" (geralmente de algodão), isentos do trabalho nas plantações, ficava muito reduzido nos anos '40 e '50. As plantações, embora necessitando de comida para manter os trabalhadores, opunham-se à formação duma camada de camponeses especializados na produção comercial de culturas alimentares, por receio de perder a sua base de recrutamento.

Por outro lado, apesar dos abusos de certos plantadores, o governo colonial procurava assegurar aos trabalhadores o "descanso" anual de seis meses, durante os quais os homens regressavam à machamba familiar. O capital de plantação e o Estado colonial não estavam interessados numa proletarianização completa da força de trabalho, e a contribuição dos homens na produção familiar era considerada necessária não só para garantir a subsistência básica da população e baixar os custos da força de trabalho, mas também para assegurar a comercialização de mandioca seca e algodão.

Entre 1945 e o início da década de 60, o campesinato de Lugela comercializava anualmente entre 1.000 e mais de 3.000 toneladas de mandioca seca, e entre 500 e 1.800 toneladas de algodão-carço, sendo esta última cultura produzida em regime obrigatório (ver Apêndice, quadro 1). A intensificação da exploração colonial nesse período levava a um aumento quer da produção comercial de mandioca e de algodão, quer do trabalho assalariado. Relacionando a evolução das jornas trabalhadas nas plantações de Lugela e as quantidades comercializadas de mandioca seca e algodão-carço com o número de famílias camponesas existentes neste distrito, obtemos a imagem dum cam-

pesineto semi-proletarizado, não-especializado: produção familiar em pequenas parcelas, principalmente para autoconsumo, conseguindo as famílias vender 1 - 3 sacos de mandioca seca por ano e 2 - 5 sacos de algodão, com os homens trabalhando parte do ano nas plantações.

Os salários pagos aos trabalhadores nas plantações eram irrisórios, mesmo em comparação com os preços agrícolas, igualmente baixíssimos, oferecidos aos produtores camponeses.

Salários Agrícolas e Preços de Compra Médios Praticados em Lugela

	salário diário		mandioca seca (kg)		algodão de 1ª (kg)	
	\$	índice	\$	índice	\$	índice
1943	1\$12	100	\$69	100	1\$24	100
1949	1\$83	163	\$69	100	1\$80	145
1954	3\$11	278	\$87	126	2\$70	218
1959	5\$40	482	1\$04	151	3\$00	242
1964	9\$42	841	1\$27	184	3\$80	306

fonte: Estatísticas Agrícolas

A evolução dos salários agrícolas e dos preços de mandioca e algodão indica um aumento mais rápido dos salários, sobretudo em comparação com o preço da mandioca seca. Importa mais, no entanto, comparar a remuneração por dia de trabalho nas três actividades, na base dum cálculo do tempo de trabalho e rendimento médio na produção de mandioca seca e algodão-carço (ver Apêndice, quadros 5 e 6).

Remuneração por Dia de Trabalho

	trabalho nas plantações	produção de mandioca	produção de algodão	
			média	alte
1943	1\$12	8\$63	2\$48	4\$96
1949	1\$83	8\$63	3\$60	7\$20
1954	3\$11	10\$88	5\$40	10\$80
1959	5\$40	13\$00	6\$00	12\$00
1964	9\$42	15\$88	7\$60	15\$20

Mesmo com os salários que cumentavam, o trabalho nas plantações aparece claramente como a pior das alternativas abertas ao camponês, ao longo dos anos '40 e '50. Em comparação, a produção de mandioca seca para venda apresenta-se como actividade mais lucrativa, sobretudo no início do período considerado. O algodão, cuja produção é sujeita a maiores flutuações, ocupa um lugar médio.

Os salários e preços eram inicialmente determinados pelos interesses dominantes da economia colonial: obter mão-de-obra barata para as plantações, algodão barato para a indústria têxtil da metrópole. Com a estrutura de preços então imposta, só o trabalho forçado e a cultura obrigatória de algodão podiam levar os camponeses a engajar-se nestes sectores. E como a fiscalização duma cultura obrigatória é muito mais difícil do que o controle de trabalhadores contratados, o cultivo do algodão tinha que ser um pouco melhor remunerado do que o trabalho nas plantações.

Nos anos '60, o regime colonial viu-se obrigado a relaxar, e últimamente a abandonar, a coacção directa do campesinato, e os preços e salários tiveram que evoluir no sentido de um maior equilíbrio.

3. Incentivos Económicos e Fim do Trabalho Forçado, 1962-1974

Em que ano é que a prática do recrutamento forçado de mão-de-obra cessou realmente no distrito de Lugela? As informações acerca desta questão são contraditórias, e há fontes que afirmam que a administração colonial continuava a exercer uma certa pressão para garantir às plantações a força de trabalho sazonal necessária, até à sua queda em 1974.

Mas por outro lado não existe dúvida que a abolição legal do trabalho forçado em 1961 levou a alterações profundas do sistema de recrutamento para as plantações de Lugela, e teve consequências importantes para a organização da agricultura familiar no distrito. O sistema do cultivo obrigatório de algodão, no entanto, foi menos afectado: ficaram os capatazes, ficaram os mercados controlados, e continuou a detenção de camponeses que não cultivaram "correctamente" as suas machambas.

O fim do recrutamento generalizado dos homens para contratos de seis meses obrigou os plantadores a reorganizar os fluxos de mão-de-obra, a introduzir certos incentivos económicos e em primeiro lugar, a conceder maiores salários. Maiores quer em termos absolutos, quer relativamente ao preço de compra da mandioca seca e do algodão-carogo.

Salários Agrícolas e Preços de Compra Médios Praticados em Lugela

	salário diário		mandioca seca (kg)		algodão de 1 ^a (kg)	
	\$	índice	\$	índice	\$	índice
1959	5\$40	100	1\$04	100	3\$00	100
1964	9\$42	174	1\$27	122	3\$80	127
1967	11\$54	214	\$90	87	3\$80	127
1972	18\$00	333	?	?	4\$50	150

fonte: Estatísticas Agrícolas

Enquanto os salários agrícolas triplicam entre 1959 (ainda no período do trabalho forçado) e 1972, o preço do algodão aumenta de apenas 50 %, e o preço da mandioca seca fica a estagnar. Vejamos outra vez a evolução da remuneração por dia de trabalho nas três principais actividades de rendimento do campesinato de Lugela:

Remuneração por Dia de Trabalho

	trabalho nas	produção de	produção de algodão	
	plantações	mandioca	média	alta
1959	5\$40	13\$00	6\$00	12\$00
1964	9\$42	15\$88	7\$60	15\$20
1967	11\$54	11\$25	7\$60	15\$20
1972	18\$00	?	9\$00	18\$00

A estrutura de salários e preços agrícolas prevalecente na época do trabalho forçado e cultivo obrigatório tem evoluído para o seu contrário. No fim do período colonial, o trabalho assalariado nas plantações apresentava-se como alternativa melhor remunerada e mais segura. Se quando existirem boas condições de cultivo, pode o algodão competir, enquanto a mandioca seca perdeu a vantagem relativa que tinha nos anos '40 e '50.

Os aumentos salariais obrigaram as empresas a uma maior racionalização da utilização de mão-de-obra. O número de jornas trabalhadas anualmente nas plantações de Lugela baixou, ao longo dos anos '60, em termos absolutos, mas ainda mais em relação à força de trabalho potencial existente no distrito (ver Apêndice, Quadro 1). No entanto, devido ao mais rápido crescimento dos salários, a proporção do rendimento que o campesinato de Lugela obteve através do trabalho nas plantações subiu em relação ao rendimento proveniente da produção de algodão e de mandioca (ver Apêndice, Quadro 3).

As empresas tiveram que modificar a sua política de recrutamento, no sentido de se concentrar mais em determinadas áreas seleccionadas: Tacuane, Muabanama e Lugela-Sede no caso das plantações de chá de Tacuane. A Ché Medai abriu algumas estradas e investiu na construção de pequenas pontes, para garantir o transporte mais rápido dos trabalhadores e seus familiares entre o local de trabalho e a zona de produção familiar. Substituindo o recrutamento pela força, incentivos económicos vieram constituir o principal instrumento para atrair mão-de-obra voluntária, essencialmente composta por homens jovens. Os salários mais altos concedidos aos trabalhadores das plantações abriram: o acesso a uma maior gama de bens de consumo, e o mercado representado pelas concentrações de trabalhadores assalariados das empresas atraiu o comércio. Só na década de 60 é que surgem as lojas e feiras comerciais de Tacuane e Limbué, isto é 20 anos depois da abertura das plantações de chá.

Neste período assiste-se a uma maior diversificação e diferenciação do campesinato de Lugela. Em vez de todos os homens serem uniformemente submetidos a contratos anuais de seis meses, muitos trabalhadores das plantações prolongavam o período de emprego. Por outro lado, nas zonas propícias à cultura algodoeira, certos homens libertos da obrigação de trabalhar nas plantações, começaram a expender a sua produção de algodão. Assim surgiu uma camada de "agricultores" de algodão e milho, que chegaram a alugar tractores dos poucos colonos e das missoes, sobretudo na localidade de Munhamade.

Contudo, as mudanças introduzidas ao longo dos anos '60 não resolveram o principal problema laboral da cultura do chá: o pico sazonal do emprego nos meses da maior colheita. Apesar de mudanças técnicas reduzindo a exigência de mão-de-obra, como a adopção da monda química na Ché Medai; dum aumento progressivo da produtividade do trabalho; das medidas que facilitaram a mobilidade dos trabalhadores sazonais; e, apesar ainda de maiores incentivos comerciais, aparece já nos últimos anos da dominação colonial o problema da escassez de mão-de-obra, entre Novembro e Fevereiro, meses de ponta no chá e na agricultura familiar. A agricultura familiar continuou a ser simultaneamente a base do sistema do trabalho migratório e sazonal e uma alternativa económica para o trabalhador-camponês.

4. Crise da Economia Monetária e Problemas Actuais de Recrutamento

O padrão de emprego nas plantações de Tacuane não se tem modificado, de forma significativa, desde a Independência. Apenas a morda química, introduzida na Chá Madel já no início da década de 70, e extendida à EMOCHA-Tacuane depois de 1978, tem contribuído para reduzir o trabalho de capina, e em consequência, a necessidade de mão-de-obra sazonal no pico da campanha.

A força de trabalho nas plantações continue a ser quase exclusivamente masculina. As principais tarefas de campo, como a colheita e a poda, são integralmente executadas por homens. Apenas nas capinas manuais e nas fábricas é que trabalhe uma pequena proporção de mulheres. Quanto à composição etária, nota-se uma forte preponderância de jovens, particularmente entre os trabalhadores migrantes e sazonais. As plantações costumam mesmo empregar uma certa proporção de "rapazes" com menos de 18 anos de idade, nos trabalhos de campo (capina e colheita).

A grande alteração na situação laboreal das plantações de Tacuane é a já referida redução, de ano para ano, das jornadas trabalhadas, e a falta aguda de mão-de-obra nos meses de ponta. A quebra no recrutamento de trabalhadores sazonais reflete-se na evolução dos efectivos máximos verificados nos meses de maior emprego.

Trabalhadores de Campo no Sector de Chá de Tacuane: Efectivos Máximos

Anuais

ano	mês	nº total de trabalhadores	dos quais do distrito de Lugela	%
1972	Março	4.940	3.705	75 %
1974	Fevereiro	4.232	3.272	77 %
1977	Fevereiro	2.805	2.169	77 %
1978	Março	2.757	2.462	89 %
1979	Março	2.705	2.389	88 %
1980	Março	2.549	2.203	86 %

fonte: informação nes empresas

A parte dos homens que vai trabalhar nas plantações representa hoje uma pequena minoria, mesmo nos meses de ponta:

	1972	1980
homens activos no distrito	16.400	21.500
trabalhadores no chá (de Lugela)	3.705	2.203
proporção engajada no trabalho do chá	23 %	10 %

Mesmo tomando em conta os trabalhadores de Namagoa, o trabalho nas plantações, que no tempo do recrutamento obrigatório tinha abrangido a grande maioria dos homens em idade activa, deve hoje engajar menos de 20 % dos homens de Lugela, nos meses de maior emprego.

Como analisar esta crise de mão-de-obra nas plantações de chá, que já identificámos como crise do recrutamento sazonal? Não se pode explicar a relutância dos camponeses de Lugela em trabalhar na colheita do chá pelo nível dos salários, que subiu substancialmente em relação aos últimos anos do período colonial. De facto, tanto o salário agrícola como o preço do algodão pago ao produtor mais que duplicaram depois da queda do regime colonial (ver Apêndice, Quadro 4). Se considerarmos a remuneração por dia

de trabalho nas plantações e na produção das principais culturas comerciais, o trabalho assalariado continua a constituir uma alternativa favorável.

No entanto, embora os salários sejam relativamente elevados (evolução ainda reforçada pelo aumento de Outubro de 1980, que fixa o salário mínimo agro-pecuário a 62,50 MT), as dificuldades que enfrentam as plantações na alimentação dos trabalhadores e na organização do transporte reflecte-se no recrutamento. Nenhum das plantações de Lugela serve refeições aos trabalhadores: A Chá Tacuane deixou de fornecer comida em 1968, a Chá Madel em 1974, como reacção aos aumentos salariais da altura. Os trabalhadores são obrigados a preparar em casa a comida que compram na loja da plantação ou no comércio de Limbué: farinha de milho ou mandioca, feijão, peixe seco. Mas muitas vezes as prateleiras das lojas estão vazias, e os trabalhadores sazonais, sem possibilidade de cultivar uma pequena machamba individual, passam dias sem comer.

As carreiras que antes da Independência circulavam entre o Limbué, Lugela, Mocuba e Namarróí, asseguravam a deslocação rápida dos trabalhadores e familiares entre a plantação e a machamba familiar, que fica como base de reprodução dos migrantes. Agora as carreiras circulam apenas entre Mocuba e Lugela-Sede, e isto irregularmente. Assim, para os trabalhadores migrantes, um melhor salário não compensa as dificuldades de vida nas plantações.

A falta de comida nas empresas de Tacuane e o desaparecimento das carreiras são elementos dum processo global de desagregação da rede comercial e de transportes no distrito, que tem um impacto profundo sobre a vida económica do campesinato de Lugela. Face às falhas na comercialização agrícola nos primeiros anos depois da Independência, os camponeses estão a retirar-se do mercado. Nem vão trabalhar nas plantações, nem produzem muitos excedentes para comercializar.

A agricultura familiar em Lugela, que em 1967 produzia mais de 2.000 toneladas de algodão-carço, apenas produziu 122 toneladas em 1979 (ver Apêndice, Quadro 1). Assim, a falta de trabalhadores sazonais nas plantações não representa a viragem dum campesinato semi-proletariado para a produção de culturas comerciais. A quebra na produção de algodão é ainda muito mais acentuada do que a redução das jornas trabalhadas nas plantações. E mesmo que a mandioca seca constitua hoje o principal produto comercializado pelos camponeses de Lugela, as dificuldades da comercialização nos últimos cinco anos não sugerem que a mandioca tenha efectivamente substituído o algodão. Em termos de valor, os salários afirmam-se ainda mais do que no tempo colonial como a principal fonte de rendimento monetário do campesinato de Lugela. Enquanto em 1967, os salários representavam menos do dobro do valor do algodão produzido, em 1979 eles montam a 27 vezes do valor do algodão (ver Apêndice, Quadros 2 e 3).

Verifica-se, portanto, que a crise de mão-de-obra sazonal nas plantações de chá faz parte duma crise mais geral da economia monetária no distrito de Lugela.

IV. Perspectivas de Transformação

O padrão de utilização de mão-de-obra nas plantações de Lugela continua marcado pela herança da economia de plantações colonial: As empresas recorrem a uma força de trabalho migrante proveniente de um campesinato semi-proletarizado, reduzido à função de reserva de mão-de-obra. O sistema de trabalho migratório que permitia a barateza da força de trabalho nas plantações era sempre contraditória. Por um lado, a agricultura familiar tinha que continuar, para assegurar a alimentação e reprodução dos trabalhadores. Por outro lado, uma vez suprimido o sistema do trabalho forçado, as plantações correram o risco de o campesinato virar as costas ao trabalho migratório para se dedicar à produção de culturas comerciais.

Na situação actual, uma política que vise ultrapassar a herança da economia de plantações colonial, tem que enfrentar não só uma crise sazonal de falta de mão-de-obra localizada nas próprias plantações, mas uma crise global da economia monetária no distrito, crise essa que se traduz pelo retiro parcial do campesinato do mercado. Quais podem ser os passos de uma nova política de mão-de-obra para as plantações, e quais seriam as condições do seu sucesso?

1. Ultrapassar a Crise Actual de Falta de Mão-de-Obra

O problema imediato que se põe hoje às plantações de Tacuane não é tanto o problema de estabilizar a força de trabalho existente como o de atrair um número suficiente de trabalhadores sazonais, particularmente para a colheita do chá, entre Novembro e Abril. A questão é, como garantir um fluxo de cerca de 500 trabalhadores adicionais, nos meses de ponta, à EMOCHA e Chá Madal.

As soluções de emergência experimentadas em Lugela provaram ser insuficientes. Os "voluntários" mobilizados pelas estruturas administrativas e políticas nos círculos e células do distrito, e transportados de camião para as plantações, costumam abandonar o trabalho depois de pouco tempo. Representando uma fracção altamente flutuante e muito pouco produtiva da força de trabalho, os mobilizados pouco contribuem para superar a falta de mão-de-obra sazonal nas plantações de chá.

Da nossa análise da crise da economia monetária em Lugela resulta que os aumentos salariais de Outubro de 1980 também não podem constituir, em si, um incentivo suficiente para atrair mais trabalhadores. Essa análise aponta, no entanto, para as principais causas do problema de mão-de-obra: as condições de vida nas plantações e no distrito em geral.

Garantir o aprovisionamento dos trabalhadores em produtos alimentares, facilitar as deslocações dos trabalhadores e dos seus familiares entre as zonas de recrutamento e os locais de trabalho, melhorar o nível geral do abastecimento no distrito são as condições mínimas para obter e reter um número suficiente de trabalhadores sazonais nas empresas de chá.

A crise imediata de mão-de-obra nas plantações de chá exige, portanto, uma certa recuperação do trabalho sazonal e a reactivação do fluxo migratório entre agricultura familiar e plantações. Significa isto que existe uma contradição entre as exigências de produção das empresas e a transformação da produção camponesa?

A curto prazo achamos que não. Quer a recuperação do emprego nas plantações, quer o desenvolvimento das cooperativas agrícolas dependem duma reorganização e activação dos circuitos comerciais e de transporte no distrito. A reparação e manutenção das estradas e picadas, o maior e mais regular abastecimento das lojas, a comercialização garantida da produção agrícola são condições tanto dum maior recrutamento de trabalhadores sazonais como duma maior participação no movimento cooperativo.

2. Ultrapassar o Padrão Colonial de Utilização de Mão-de-Obra

A médio prazo, tanto a transformação das relações de produção nas plantações como a socialização da produção camponesa exigem uma maior estabilização da força de trabalho. O trabalho migratório de camponeses semi-proletarizados nem garante o bom funcionamento, com produtividade alta, das empresas, nem favorece o desenvolvimento da produção camponesa. A mão-de-obra migrante e flutuante, periodicamente separada da família camponesa que, no entanto, continua a ser a base de reprodução dos trabalhadores, deverá gradualmente ceder o lugar a uma população operária estável, fixada em volta das plantações. Por outro lado, no seio do campesinato, o fim do trabalho migratório e sazonal deverá facilitar a formação de cooperativas igualmente estáveis.

O actual padrão de produção das plantações, porém, não permite uma estabilização completa da força de trabalho. A monocultura do chá nas empresas de Tacuane implica um grande pico de trabalho sazonal nos meses da colheita. Se a diversificação da produção nestas empresas poderá, a longo prazo, criar um padrão de emprego equilibrado durante todo o ano. Mas mesmo considerando apenas o tipo de produção actualmente existente, seria possível estabilizar uma maior parte da força de trabalho, enquanto persiste ainda a necessidade de trabalhadores sazonais adicionais nos meses de ponta.

O sector de chá de Tacuane emprega actualmente cerca de 1.000 trabalhadores permanentes, geralmente fixados nos arredores das plantações, com as suas famílias. O número de trabalhadores migrantes e sazonais oscila entre 1.500 e 2.500, enquanto que as necessidades reais no pico da campanha seriam de 3.000 trabalhadores. Nestas condições, uma política de reestruturação da força de trabalho poderia visar os seguintes objectivos:

- eliminar o trabalho migratório fora dos meses de ponta, estabilizando a totalidade da força de trabalho necessária nos meses de menor emprego. Desta forma, o número de trabalhadores permanentes nas empresas de chá passaria de 1.000 para 2.500, e paralelamente cresceria a população operária fixada na zona das plantações.
- recrutar parte da mão-de-obra sazonal requerida nos meses de ponta, no seio da própria população operária, entre os familiares dos trabalhadores permanentes. Assim o emprego, para a colheita do chá, de 1.000 trabalhadores locais adicionais permitiria cobrir 87,5 % das necessidades totais de mão-de-obra na base da população operária residente na área das empresas, e reduziria o emprego de sazonais

recrutados no campesinato para apenas 500 trabalhadores.

Quais são as condições para se atingir uma tal reestruturação da força de trabalho empregue nas plantações? Para estabilizar 2.500 trabalhadores e fixar uma população operária quatro vezes maior (contendo com uma média de 3 dependentes por trabalhador) na área de Tacuane, não basta garantir as condições mínimas de fornecimento de gêneros alimentícios e meios de transporte que consideramos indispensáveis para atrair, num primeiro tempo, um maior número de trabalhadores migrantes e sazonais. O que conta mais são as condições de trabalho e de vida nas plantações:

- salários suficientes para constituírem a base económica principal dos trabalhadores e das suas famílias;
- condições de abastecimento em comida e outros bens de consumo;
- condições de habitação e vida social;
- facilidades de educação e saúde;
- condições de produção familiar e cooperativa complementar, particularmente fora dos meses de ponta do chá: horticultura, criação de pequenos animais, etc.

Uma política de estabilização da força de trabalho nas plantações implica, portanto, investimentos materiais, nomeadamente no domínio das infra-estruturas sociais. Implica também um esforço de mobilização e consciencialização, por exemplo no sentido da expansão do emprego feminino nas empresas. Implica a formação de trabalhadores mais qualificados, mais produtivos, melhor preparados para dirigir o processo de produção e participar na gestão das empresas.

3. Estabelecer um Novo Tipo de Articulação com o Campesinato

Hoje como no passado, o campesinato é encarado pelas empresas apenas em termos da sua função como fonte de mão-de-obra migrante. Uma política de estabilização da força de trabalho reduziria grandemente a necessidade do trabalho migratório e criaria condições para novas relações entre as plantações e o campesinato da região, liberto do trabalho migratório e mais envolvido na produção agrícola.

Em Tacuane, um dos maiores problemas que hoje se põe às empresas é a aquisição dos produtos alimentares que tanta falta fazem nas plantações. Enquanto os trabalhadores passam fome, existem comunidades camponesas ao lado que não conseguem comercializar os seus excedentes, ou que já não produzem excedentes por não saberem como comercializá-los.

Além de recorrer aos comerciantes privados e circuitos estatais, cuja capacidade de comercialização não permite cobrir todo o distrito, as empresas deveriam estabelecer ligações directas com comunidades camponesas de zonas produtoras sem estabelecimentos comerciais. A forma organizacional desta articulação poderia variar, segundo o grau de organização dessas comunidades camponesas: Pode ser o Posto Fixo do Comércio Interno que estabelece um contrato preferencial com uma determinada empresa, canalizando os produtos recolhidos para ela. Podem ser localidades, círculos e células que organizem as suas cooperativas de comercialização e de consumo. Podem ser cooperativas de produção que desta forma encontrem um mercado seguro para onde escoar as suas colheitas.

Este tipo de articulação não pode basear-se exclusivamente em critérios de rentabilidade económica, para as empresas. Um objectivo mais largo seria desenvolver zonas sem excesso comercial, incentivar a produção camponesa, favorecer a sua transformação em formas colectivas. Trata-se, para as empresas, de desempenhar um papel dinamizador no processo de desenvolvimento e da socialização da produção camponesa da sua zona de influência. Ao mesmo tempo que minimizariam os problemas de aprovisionamento dos trabalhadores em géneros alimentícios, as plantações garantiriam o escoamento da produção colectiva e familiar do campesinato e o aprovisionamento das cooperativas de produção e de consumo em insumos e mercadorias.

4. Algumas Propostas de Actuação

Ao termo do nosso estudo, preliminar e limitado, das plantações no distrito de Lugela, podemos sugerir algumas medidas imediatas no sentido de remediar a aguda falta sazonal de mão-de-obra e de iniciar um processo de estabilização da força de trabalho nas empresas:

- 1) Reorientar os circuitos comerciais existentes no sentido de um aprovisionamento prioritário das plantações em produtos alimentares comprados aos camponeses da região (milho, feijão, mandioca seca, etc.). As empresas deveriam estabelecer contratos de fornecimento preferenciais com os comerciantes privados e os armazéns do Comércio Interno, a fim de evitar o escoamento de produtos alimentares do distrito e das zonas vizinhas de Milange para fora, enquanto existe o problema da fome nas plantações.
- 2) Reestabelecer a carreira Mocuba-Lugela-Limbué, ou, enquanto isto não for possível, reiniciar os transportes semanais de trabalhadores e seus familiares entre as empresas de Tacuane e Lugela, nos camiões da EMOCHA e da Medel. As carreiras cessaram de circular entre Lugela e Limbué em 1978, e em 1980 a polícia distrital proibiu os transportes de trabalhadores pelas empresas. O resultado foi o agravamento da crise de mão-de-obra nas plantações de chá.

Estas duas primeiras propostas visam minimizar os problemas imediatos de falta de mão-de-obra sazonal, enquanto as duas que se seguem vão no sentido da reestruturação da força de trabalho e da ligação entre as empresas e o campesinato da sua zona de influência.

- 3) Iniciar a organização dos trabalhadores mais estáveis em aldeias e bairros comunais: escolha de sítios apropriados para habitação e de zonas para produção cooperativa e familiar, construção de infra-estruturas e habitações pelos trabalhadores, durante os meses de menor emprego, apoio técnico e organizacional ao desenvolvimento de actividades económicas complementares (produção hortícola e agrícola, criação de pequenas espécies, etc.).
- 4) Estabelecer uma ligação comercial directa entre empresas e determinadas comunidades camponesas produtoras de excedentes alimentares. A primeira experiência do género poderia começar por activar o Posto Fixo de Ebide, na localidade de Tacuane, já previsto pelo Comércio Interno, estabelecendo um contrato com a EMOCHA. O posto fixo recolheria os excedentes da produção camponesa da zona, e EMOCHA iria escoar os produtos para

a loja da plantação. A garantia da comercialização poderia incentivar a produção colectiva em Ebide, que até agora apenas existe nos planos da Agricultura. Outras ligações deste tipo poderiam surgir entre as empresas de chá e as zonas de M'pemula e Comone, na localidade de Muabanama, e entre Namagoa e as cooperativas de Muassi. Os contratos deveriam definir quais as responsabilidades do distrito, das empresas e das populações a manutenção e reparação das vias de acesso.

Estas propostas evidenciam o facto que uma política de reestruturação e estabilização da força de trabalho ultrapassar a competência das próprias empresas, e implica uma planificação e actuação em conjunto com as estruturas políticas e estatais ao nível do distrito e da Província. Treta-se de definir o papel das plantações no processo global de desenvolvimento e de transformação da produção e das condições de vida no distrito. As propostas feitas com respeito aos problemas de mão-de-obra nas plantações não são isoladas, mas, pelo contrário, identificam-se com as propostas avançadas relativamente ao desenvolvimento da produção alimentar, ao desenvolvimento das cooperativas e à reorganização da rede comercial, nos restantes documentos desta série.

Apêndice

Alguns Dados Estatísticos sobre a Economia Camponesa do Distrito de Lugela

Os dados a seguir, na maior parte já referidos ao longo do texto, são baseados essencialmente em três fontes:

- Recenseamentos da População (estimativa do número de famílias camponesas, na base de uma média de 5 membros por agregado familiar);
- Estatísticas Agrícolas (jornas trabalhadas e salários pagos, assumindo que 80 % do total caiba aos trabalhadores do próprio distrito de Lugela; quantidades comercializadas e valor das duas principais culturas de rendimento - mandioca e algodão);
- Informação colhida no distrito de Lugela (referente ao período depois de 1967)

1. Trabalho Assalariado e Produção Comercializada do Campesinato de Lugela

	famílias camponesas	jornas nas plantações		mandioca seca		algodão-carão	
		mil	j/fam	ton	kg/fam	ton	kg/fam
1943	12.200	1.101	90	925	76	663	54
1949	12.600	1.183	94	1.827	145	716	57
1954	13.000	1.504	116	1.952	150	1.327	102
1959	13.600	1.274	94	2.913	214	1.796	132
1964	14.400	1.170	81	2.483	172	1.712	119
1967	14.900	1.054	71	1.586	106	2.067	138
1972	16.400	1.000	61	?	?	1.296	79
1979	21.000	800	38	?	?	122	6

2. Salários Pagos e Valor da Produção Comercializada do Campesinato de Lugela

	salários		mandioca seca		algodão-carão		soma	
	total	\$/fam	total	\$/fam	total	\$/fam	total	\$/fam
1943	1.406	115	638	52	822	67	2.866	235
1949	2.113	168	1.260	100	1.255	100	4.628	367
1954	4.821	371	1.698	131	3.498	269	10.017	771
1959	6.781	499	3.029	223	5.169	380	14.979	1.101
1964	12.090	840	3.153	249	6.247	434	21.490	1.492
1967	12.392	832	1.428	96	7.568	508	21.388	1.435
1972	18.000	1.098	?	?	5.832	366	(23.832)	(1.453)
1979	34.000	1.619	?	?	1.342	64	(35.342)	(1.683)

3. Proporção das Principais Fontes de Rendimento do Campesinato de Lugela (%)

	salários	mandioca	algodão	soma
1943	49	22	29	100
1949	46	27	27	100
1954	48	17	35	100
1959	45	20	34	100
1964	56	15	29	100
1967	58	7	35	100
1972	(76)	?	(24)	100
1979	(96)	?	(4)	100

4. Salários Agrícolas e Preços de Compra Médios Praticados em Lugela

	salário diário		mandioca seca		algodão de 1ª	
	\$	índice	\$	índice	\$	índice
1943	1\$12	100	\$69	100	1\$24	100
1949	1\$83	163	\$69	100	1\$80	145
1954	3\$11	278	\$87	126	2\$70	218
1959	5\$40	482	1\$04	151	3\$00	242
1964	9\$42	842	1\$27	184	3\$80	306
1967	11\$54	1.030	\$90	130	3\$80	306
1972	18\$00	1.607	?	?	4\$50	363
1979	42\$50	3.795	3\$00	435	11\$00	887

5. Estimativa da Produção Média por Dia de Trabalho

	jornas/ha	produção/ha (kg)		kg/jorna	
		média	alta	média	alta
mandioca	140	1.750		12,5	
algodão	150	300	600	2,0	4,0

6. Remuneração Média por Dia de Trabalho

	trabalho nas plantações	mandioca	algodão de 1ª	
		12,5 kg	2,0 kg	4,0 kg
1943	1\$12	8\$63	2\$48	4\$96
1949	1\$83	8\$63	3\$60	7\$20
1954	3\$11	10\$88	5\$40	10\$80
1959	5\$40	13\$00	6\$00	12\$00
1964	9\$42	15\$88	7\$60	15\$20
1967	11\$54	11\$25	7\$60	15\$20
1972	18\$00	?	9\$00	18\$00
1979	42\$50	37\$50	22\$00	44\$00

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de
Estudos Africanos.

O trabalhador sazonal na transformação
duma economia de plantações / Centro de
Estudos Africanos. -- Maputo, 1981.

30 p.; mapas (CEA Relatório nº. 81/4)

CEA Relatório Nº. 81/4

Tiragem: 250

Preço: 30,00 MT

Exemplar Nº. 00242